

Conselho Municipal de Política Territorial

CMPT

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 25 de fevereiro de 2021.
Horário: 17h45min (1ª convocação)
Local: Reunião Virtual Plataforma Google meets

Às 17h45min ocorreu a primeira chamada e, com somente 7 presentes, não houve quórum. Às 18h15min o presidente Silvio Drezza abriu a reunião com a presença de 19 conselheiros titulares e 1 suplente. O conselheiro André Ferrazzo foi eleito 1º secretário da Coordenadoria Executiva, se comprometendo a redigir as atas a partir desse momento, conforme prevê o Regimento Interno. Então o sr. Presidente abriu a palavra para o primeiro item da pauta:

1. Plano de Bairro Novo Horizonte

Então a conselheira Sylvia Angelini, apresentou o primeiro Plano de Bairro elaborado pela UGPUMA. Realizado na região do Novo Horizonte, o projeto buscou um completo diagnóstico urbanístico da região a fim de contribuir com o poder público na definição das prioridades para o bairro e seus moradores. Para a execução do projeto, foram ouvidos moradores da região, representados pela REDE, e pais de alunos de 15 escolas públicas da área. Também foi ouvido um grupo de crianças, para trazer ao estudo uma análise urbanística sob o olhar da infância. Itens como segurança, lazer, mobilidade e saneamento foram os principais pontos do projeto. A apresentação do projeto motivou algumas considerações dos conselheiros que acompanhavam a reunião de forma remota. O conselheiro André Ferrazzo elogiou o projeto e reafirmou a extrema importância de estudos desta natureza para o desenvolvimento da cidade. Como forma de multiplicar mais rapidamente a execução dos Planos de Bairro na cidade, o conselheiro sugeriu que a Prefeitura aceitasse estudos destes moldes como contrapartidas aos EIV - Estudos de Impacto de Vizinhança de novos empreendimentos. O conselheiro Luiz Dias também parabenizou o projeto, mas questionou se deveria haver maior participação de representantes de bairro, sugerindo para isso a criação dos Conselhos Regionais previstos no Plano Diretor. O presidente Silvio Drezza comentou da dificuldade de se consolidar o CMPT e acredita ser ainda mais difícil agregar micro conselhos nos bairros. O conselheiro Jorge de Rito disse conhecer bem a região e comentou sobre a extrema velocidade com que os veículos trafegam na região, a dificuldade de mobilidade que os moradores da região enfrentam, e expressou preocupação sobre as áreas alagáveis do bairro e a falta de arborização.

A conselheira Sylvia Angelini complementou a apresentação dizendo que uma das perguntas feitas na pesquisa no bairro foi se o morador aceitaria que a prefeitura plantasse uma árvore em frente ao lote e 72% responderam que sim. Neste momento, está em elaboração o projeto de plantio das árvores nestes pontos. O Conselheiro Ariovaldo Turra também elogiou o trabalho e pediu um canal de comunicação fácil e aberto para que o município fizesse este tipo de pedido e conseguisse mais facilmente uma árvore em frente à sua casa. A Conselheira Fernanda sugeriu que este canal pudesse estar no app da Prefeitura de Jundiaí. Finalizada essa discussão, o sr. Presidente passou ao segundo item da pauta:

2. Densidade na zona rural

a - apresentou o parecer sobre a densidade das áreas rurais.

O conselheiro André Ferrazzo, representando a Câmara Técnica de Análise da Legislação Urbanística - CTALU fez suas considerações acerca do tema e comentou sobre a dificuldade que os proprietários de lotes com área acima de 10.000m² encontram para regularizar suas construções. Atualmente é permitida a construção de apenas uma residência em áreas de 10.000m² e, embora não houvesse nenhuma contradição ou omissão no Plano Diretor, a Câmara Técnica acredita que uma densidade de 10 habitantes/hectare pudesse ser admitida nas zonas rurais – permitindo a construção de até 3 residências. Entretanto, o conselheiro André explicitou que o parecer não foi conclusivo, mas pode servir como base para futuras discussões sobre o importante tema. Após a apresentação do parecer, alguns conselheiros fizeram seus apontamentos. A representante suplente da DAE S/A, Regina Pântano, reforçou a importância de melhores estudos e simulações para que esta mudança seja autorizada e alterada no Plano Diretor. O conselheiro Ariovaldo Turra disse haver no regimento interno do CMPT um mecanismo para mudanças no Plano Diretor, mesmo não havendo contradições ou omissões sobre o tema. Disse ser favorável ao aumento da densidade.

**Avenida da Liberdade, s/nº - 5º andar – Ala Sul – Paço Municipal – Jardim Botânico
13.214-900 - Jundiaí/SP - e-mail:cmptjundiai@gmail.com**

Conselho Municipal de Política Territorial

CMPT

O conselheiro Galvão, morador do Caxambu, disse que a DAE S/A sempre culpou a baixa densidade pela falta de disponibilidade de redes de esgoto na região e que já teve tratativas improdutivas com a prefeitura acerca do tema. Comentou que o Bairro da Roseira possui uma alta densidade por inépcia da prefeitura e sua fiscalização. Comentou que as zonas rurais não precisam necessariamente ser utilizadas como áreas de produção agrícola, que a propriedade deve servir à família e que a prefeitura não ouviu os moradores das zonas rurais na última revisão do Plano Diretor.

Outra representante da DAE, Rosemeire, disse ser muito difícil a DAE fiscalizar e que há um tempo já ocorreram muitas multas, mais de 200 notificações e também algumas demolições. Ficou à disposição para continuar a discutir o tema da mudança da densidade das zonas rurais.

O presidente Silvio Drezza leu o despacho do gestor Sinésio Scarabello Filho que motivou a discussão e sugeriu que houvesse maior envolvimento da população sobre o tema. Também sugeriu que os estudos sobre as Vilas Rurais fossem retomados, o que, sob sua ótica, seria uma excelente maneira de aumentar a densidade destas regiões através de projetos mais elaborados. O presidente Silvio Drezza colocou em votação que o tema voltasse para a pauta em abril, de modo a obter maior envolvimento da população e de conselheiros sobre o tema – o que foi aceito por unanimidade. Então, abriu a palavra para o último item da pauta:

3. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial

O conselheiro Luis Dias, representando a Câmara Técnica do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial explicitou que o parecer foi feito com base nos demonstrativos do portal da transparência da PMJ e também por arquivos enviados pela UGPUMA. Comentou que a análise foi feita com base nos dados de dezembro de 2020 e que não houve destinação para os recursos do fundo, que atualmente conta com cerca de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) (valores acumulados desde 2016). Informou que a destinação destes valores deve seguir os itens constantes no artigo 23 da lei 9.321/19. Colocada em votação, aprovado por unanimidade o parecer referente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial. Para encerrar a reunião, o presidente abriu para considerações finais e o conselheiro Ariovaldo Turra solicitou envio de ofício para a Unidade de Gestão de Agronegócio, de modo a ser informado ao CMPT onde estão as áreas produtivas da zona rural e também quais são as regiões servidas por esgoto. A conselheira Regina Pântano sugeriu chamar um representante da Unidade de Gestão de Agronegócio para a próxima reunião. O conselheiro Galvão disse que a Unidade de Gestão de Agronegócio sempre se manifesta contrária ao aumento da densidade das zonas rurais, mas não aponta de forma transparente os dados que objetivam a negativa. O sr. Presidente se comprometeu a enviar ofício convidando o gestor do agronegócio para participar da reunião que fosse tratar desse assunto. E nada mais havendo a ser tratado, o presidente Silvio Drezza encerrou a reunião às 20h7min e eu, Secretário do CMPT lavei a presente ata, que assino junto com o presidente. Jundiaí, 25 de fevereiro de 2.021

André Ferrazzo
Secretário

Silvio Eduardo Drezza - Presidente